



Centro de Dados SERPRO em São Paulo - Certificado TIER III

**2023**

**Demonstrações Financeiras**



## Sumário

Balanço Patrimonial .....	3
Demonstração do Resultado do Exercício .....	4
Demonstração do Resultado Abrangente .....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	5
Demonstração do Valor Adicionado .....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	7
1. Contexto operacional .....	8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras .....	9
3. Políticas contábeis e correção de erros .....	13
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	13
5. Clientes .....	14
6. Créditos tributários .....	16
7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos .....	16
8. Créditos diversos .....	17
9. Ativo não circulante mantido para venda .....	17
10. Depósitos judiciais e recursais .....	17
11. Créditos realizáveis a longo prazo .....	18
12. Imobilizado .....	18
13. Intangível .....	20
14. Consignações .....	21
15. Tributos e encargos sociais .....	22
16. Obrigações a pagar .....	22
17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas .....	23
18. Benefícios a empregados .....	23
19. Participação nos lucros ou resultados .....	24
20. Dividendos e Juros sobre capital próprio .....	24
21. Outras obrigações .....	25
22. Obrigações tributárias .....	25
23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais .....	25
24. Benefício a empregados - Pós-emprego .....	28
25. Patrimônio líquido .....	33
26. Resultado do exercício .....	35
27. Partes relacionadas .....	42
28. Outras notas explicativas .....	47
29. Cobertura de seguros .....	48
30. Condições específicas do Serpro .....	49

## Balço Patrimonial

em R\$ mil

Ativo	NE	Dez/2023	Dez/2022
<b>Circulante</b>		<b>2.780.076</b>	<b>2.789.774</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.975.185	1.860.743
Ativos financeiros		1.039	851
Créditos a receber		802.041	927.963
Clientes	5	608.287	690.631
Créditos tributários	6	100.141	142.454
Ressarcimento de pessoal	7	57.616	63.104
Créditos diversos a receber	8	35.997	31.774
Outros Ativos		149	217
Ativos mantidos para venda	9	1.662	0
<b>Não Circulante</b>		<b>2.017.121</b>	<b>2.022.146</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>1.080.658</b>	<b>1.096.530</b>
Depósitos judiciais e recursais	10	417.579	408.429
Ressarcimento de pessoal		279.825	306.124
Créditos tributários diferidos		268.869	286.099
Créditos realizáveis a longo prazo	11	114.060	95.554
Outros ativos		325	324
<b>Imobilizado</b>	12	<b>842.561</b>	<b>818.130</b>
<b>Intangível</b>	13	<b>93.902</b>	<b>107.486</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.797.197</b>	<b>4.811.920</b>

Passivo	NE	Dez/2023	Dez/2022
<b>Circulante</b>		<b>1.018.624</b>	<b>1.108.128</b>
Consignações	14	67.000	85.392
Tributos e encargos sociais	15	128.647	143.858
Depósitos diversas origens		891	858
<b>Obrigações a pagar</b>	16	<b>822.086</b>	<b>878.020</b>
Fornecedores		279.520	318.600
Pessoal	17	390.644	376.704
Benefícios a empregados	18	15.263	30.473
Participação nos lucros/result.	19	28.565	30.357
Juros sobre capital próprio	20	107.059	116.744
Outras obrigações	21	1.035	5.142
<b>Não Circulante</b>		<b>1.842.355</b>	<b>1.686.328</b>
Obrigações tributárias	22	60.982	650.934
Provisões trab, cíveis, admin e fiscais	23	1.095.244	477.235
Benefícios pós-emprego	24	685.633	553.558
Outras obrigações		496	4.601
<b>Patrimônio Líquido</b>	25	<b>1.936.218</b>	<b>2.017.464</b>
<b>Capital</b>		<b>1.786.196</b>	<b>1.061.005</b>
<b>Reservas</b>		<b>543.034</b>	<b>1.281.460</b>
Reservas de reavaliação		92.926	93.387
Reservas de lucros		128.472	105.934
Reservas de retenção		321.636	725.191
Dividendos adicionais propostos		0	356.948
Outros resultados abrangentes		(393.012)	(325.001)
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.797.197</b>	<b>4.811.920</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas (NEs)

## Demonstração do Resultado do Exercício

em R\$ mil

	NE	Dez/2023	Dez/2022
Receita operacional líquida	26.2	3.215.018	3.000.630
Custo dos serviços prestados	26.3	(1.828.004)	(1.710.908)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.387.014</b>	<b>1.289.722</b>
Despesas/Receitas operacionais	26.3	(1.006.619)	(789.045)
Despesas com vendas		(247.216)	(219.677)
Despesas gerais e administrativas		(756.893)	(595.501)
Outras despesas e receitas operacionais		(2.510)	26.133
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>380.395</b>	<b>500.677</b>
Resultado financeiro	26.4	246.641	178.622
Receitas financeiras		272.524	204.812
Despesas financeiras		(25.883)	(26.190)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>627.036</b>	<b>679.299</b>
Imposto de renda e contribuição social	26.5	(176.262)	(119.589)
Correntes		(159.895)	(123.869)
Diferidos		(16.367)	4.280
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>450.774</b>	<b>559.710</b>

## Demonstração do Resultado Abrangente

em R\$ mil

	Dez/2023	Dez/2022
Resultado Líquido do Período	450.774	559.709
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(68.012)	5.671
Ajustes de Instrumentos Financeiros	188	142
Passivo Atuarial - EFPC Serpros	(219.462)	265.809
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros	30.045	(35.119)
Passivo Atuarial - PAS/Serpro	139.716	(260.011)
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro	(18.499)	34.850
<b>Resultado Abrangente no Período</b>	<b>382.762</b>	<b>565.380</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

em R\$ mil

	Dez/2023	Dez/2022
<b>Lucro antes da tributação do IR e CS</b>	<b>627.036</b>	<b>679.298</b>
Depreciação e amortização	189.792	147.730
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.403	41.319
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas	2.350	(18.799)
Provisões benefício pós-emprego	52.330	8.040
Resultado de <i>softwares</i> desenvolvidos	(11.315)	(11.357)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	95.716	(107.731)
Receitas Financeiras	(18.506)	0
Reversão de Provisões tributárias	(137.926)	0
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	107	(27.794)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>829.987</b>	<b>710.706</b>
<b>Variação em ativos e passivos operacionais</b>	<b>90.882</b>	<b>89.534</b>
Contas a Receber	(55.383)	(82.549)
Pessoal a Pagar	(3.061)	46.791
Fornecedores	(39.080)	39.957
Outras variações do imobilizado	113.411	25.777
Outras variações	74.995	59.558
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>	<b>(29.895)</b>	<b>(58.825)</b>
Juros Pagos	12.921	13.657
<b>Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>903.895</b>	<b>755.072</b>
Imobilizado	(291.210)	(315.031)
Intangível	(11.631)	(45.753)
<b>Caixa Líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(302.841)</b>	<b>(360.784)</b>
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(486.613)	(403.293)
<b>Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(486.613)</b>	<b>(403.293)</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa no período</b>	<b>114.442</b>	<b>(9.005)</b>
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.860.743	1.869.748
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.975.185</b>	<b>1.860.743</b>

## Demonstração do Valor Adicionado

em R\$ mil

Geração do Valor Adicionado	Dez/2023	Dez/2022
Receitas	<b>3.730.644</b>	<b>3.415.236</b>
Receita Operacional Bruta	3.805.343	3.620.608
Resultado com créditos a receber	(30.403)	(41.319)
Descontos Concedidos	(864)	(100.305)
Vendas Canceladas	(43.892)	(5.717)
Outros valores (AEA e Realização Reservas)	460	(58.031)
Insumos adquiridos de terceiros	<b>(502.916)</b>	<b>(447.376)</b>
Valor adicionado bruto	<b>3.227.728</b>	<b>2.967.860</b>
Retenções	<b>(294.831)</b>	<b>(179.873)</b>
Depreciações e Amortizações	(189.792)	(147.730)
Resultados com Ações Judiciais	(105.039)	(32.143)
Valor adicionado líquido	<b>2.932.897</b>	<b>2.787.987</b>
Recebido de terceiros	<b>272.524</b>	<b>204.812</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>3.205.421</b>	<b>2.992.799</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	<b>1.919.687</b>	<b>1.705.399</b>
Governo (Impostos e Contribuições)	<b>816.331</b>	<b>719.627</b>
Capitais de Terceiros	<b>5.249</b>	<b>52.438</b>
Acionistas (Dividendos e JCP)	119.979	487.349
Lucros Retidos	344.174	27.985
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>3.205.420</b>	<b>2.992.798</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

em R\$ mil

	Capital	Reservas				Dividendos Adicionais	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção					
<b>Saldo em 31 de dez/2021</b>	1.061.005	93.276	77.948	725.191	294.471	-	(330.672)	1.921.219	
Ajuste de Exercícios Anteriores		6.826				(64.747)		(57.921)	
Lucros/Prejuízos líquidos						559.709		559.709	
Constituição de reservas			27.984			(27.985)		-	
Realização reserva de reavaliação		(6.716)				6.715		-	
Dividendos adicionais pagos					(294.471)	-		(294.471)	
Dividendos adicionais Propostos					356.948	(356.948)		-	
Juros sobre Capital Próprio Creditados						(116.744)		(116.744)	
Outros Resultados Abrangentes							5.671	5.671	
<b>Saldo em 31 de dez/2022</b>	1.061.005	93.386	105.934	725.191	356.948	-	(325.001)	2.017.463	
Aumento de Capital	725.191			(725.191)				-	
Lucro Líquido do Exercício						450.774		450.774	
Constituição de reservas			22.539	321.636		(344.175)		-	
Realização de Reserva de Reavaliação		(460)				460		-	
Dividendos Pagos					(356.948)			(356.948)	
Juros sobre Capital Próprio Creditados						(107.059)		(107.059)	
Outros Resultados Abrangentes							(68.012)	(68.012)	
<b>Saldo em 31 de dez/2023</b>	1.786.196	92.926	128.473	321.636	-	-	(393.013)	1.936.218	

## 1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

Em relação à sua estrutura societária, o Serpro foi incluído no Programa Nacional de Desestatização (PND) em janeiro de 2022 a partir do Decreto nº 10.206/2020. Três anos depois, em 02 de janeiro de 2023, por despacho do Presidente da República (publicado no Diário Oficial da União) foram revogados os atos que davam andamento à privatização de diversas empresas, inclusive o SERPRO. O feito foi concluído com a publicação do Decreto nº 11.478/2023, de 6 de abril, que excluiu empresas do PND e revogou a qualificação de empresas e ativos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Desse modo o Serpro permanece com a natureza jurídica de Empresa Pública.

O SERPRO é composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil. Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. Assim, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

Sob o ponto de vista do cenário econômico, o mercado de tecnologia da informação e comunicação (TIC) já representa 6,6% do PIB brasileiro e dá sinais de que deverá continuar crescendo nos próximos anos. Esse crescimento seria, principalmente, baseado em segurança, inteligência artificial, nuvem pública, modernização de sistemas de gestão de softwares (ERP) e experiência do cliente.

Os indicadores macroeconômicos influenciam diretamente o orçamento do governo federal para a execução de investimentos e para o custeio da atividade governamental. Com efeito, o governo perde sua capacidade de investimentos e custeio, representando riscos à operação dos atuais negócios do SERPRO, que possui concentração na pauta governamental.

O SERPRO, como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que



empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

### **2.2 Emissão e divulgação**

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2023, encerrado em 31 de dezembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 31 de janeiro de 2024.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

#### **2.3.1 Mensuração do valor justo**

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

### **2.4 Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no exercício. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

#### **2.4.1 Moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

## 2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

## 2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

## 2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

### 2.8.1 DRE

Valores anteriormente apresentados como descontos incondicionais, redutores da Receita Operacional Líquida, foram reclassificados para Custo dos Serviços Prestados (CSP) na Demonstração do Resultado. Trata-se de valores relativos às medidas compensatórias para a exploração de serviços, ou seja, representam na forma uma redução de preço (desconto incondicional), mas passaram a ser contabilmente tratados como insumos para prestação de serviços (CSP), por ser a motivação da concessão de desconto. A visão comparativa das rubricas afetadas se encontra na nota explicativa 26.

Demonstração do Resultado do Exercício	Dez/2022 Comparativo	Reclassificações	Dez/2022 Publicado
Receita bruta	3.620.608	-	3.620.608
Deduções da Receita	(513.955)	106.023	(619.978)
Receita Operacional Líquida	3.106.653	106.023	3.000.630
Custo dos serviços prestados	(1.816.931)	(106.023)	(1.710.908)
Lucro bruto	1.289.722	-	1.289.722

## 2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores

estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1.1
Redução ao valor recuperável	5.1.2
Depreciação/Amortização	12 e 13
Provisões Judiciais e Administrativas	23
Benefícios a Empregados	24
Impostos Diferidos	26.6.4

## 2.10 Principais eventos com impacto no resultado em 2023

### 2.10.1 Imunidade tributária - Resposta da Receita Federal à Solução de Consulta

Em setembro de 2021, após estender a todas as esferas de governo a aplicação da imunidade tributária recíproca, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal através da decisão favorável na Ação Cível Originária nº 2.658 DF, o Serpro encaminhou à Receita Federal do Brasil (RFB) uma consulta sobre a interpretação de legislação tributária com o objetivo de obter o entendimento do fisco quanto à abrangência da sua imunidade em âmbito federal, e esclarecer questões relativas a isenções aplicáveis à empresa previstas em sua Lei de Criação (Lei 5.615/1970).

Em resposta, a Receita Federal do Brasil publicou em dezembro de 2023 a Solução de Consulta COSIT nº 301/2023, condicionando a aplicação da imunidade tributária ao cumprimento dos seguintes requisitos constitucionais: (i) prestação de serviço público essencial; (ii) não distribuição de lucros a acionistas privados; e (iii) não atuar em ambiente concorrencial.

Atendidos os requisitos acima, a RFB elucidou expressamente no teor da Solução de Consulta que no âmbito das Contribuições do PIS-PASEP e da COFINS, a empresa está sujeita, unicamente, ao regime de apuração cumulativa com aplicação respectiva das alíquotas de 0,65% e 3% a todas as receitas operacionais da empresa. Até então, o Serpro aplicava este entendimento somente sobre a prestação de serviços a clientes públicos, sendo que no caso do mercado privado se manteve a classificação dos regimes de apuração cumulativo (3,65%) ou não cumulativo (9,25%) com base nos serviços prestados.

Também ficou estabelecido que as receitas financeiras auferidas pelo Serpro deixariam de compor a base de cálculo das referidas Contribuições. Uma vez que o Serpro recolhia 4,65% sobre as receitas financeiras, o entendimento gerou uma reversão na ordem de R\$ 10 milhões recolhidos indevidamente entre 2022 e 2023.

Por fim, a Receita Federal do Brasil ainda declarou em mesmo documento que o Serpro é isento de todos os impostos federais, com exceção do IRPJ, que, por não haver manifestação específica do fisco, o Serpro mantém o entendimento de aplicação da imunidade aos clientes públicos.

O Serpro, além de obter uma solução de consulta favorável à declaração de direito à sua imunidade tributária, também possui um histórico hesitoso no campo administrativo e judicial no reconhecimento deste benefício fiscal.

### 2.10.2 Imunidade tributária - Mudança de estimativa contábil

Entre 2019 e 2023 os benefícios obtidos com a imunidade tributária recíproca aplicada ao ISS, ao PIS-PASEP e à COFINS, tributos incidentes sobre as receitas de prestação de serviços, foram registrados contabilmente tendo em vista atender eventual necessidade de recolhimento aos fiscos nos casos de decisões provisórias obtidas por antecipação de tutela, ou, devolver valores aos clientes nos casos de reconhecimento administrativo definitivo ou de decisão judicial transitada em julgado.

Com o êxito das decisões, em 2023, o Serpro decidiu pela estratégia de repassar a seus clientes os benefícios da imunidade tributária através da redução dos preços dos serviços prestados. Alinhado a esta estratégia e à redução de risco observada junto aos fiscos, os valores provisionados foram reclassificados de obrigações tributárias para obrigações administrativas junto a clientes, sendo mantidos no passivo administrativo os valores dos contratos com os maiores clientes públicos, uma vez que a liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

Dado esse entendimento, houve a reversão de valores anteriormente provisionados, com impacto positivo de R\$ 25,9 milhões e R\$ 16,4 milhões nas provisões de ISS e de PIS-PASEP e COFINS, respectivamente.

Neste mesmo sentido, o critério do benefício da imunidade tributária sobre o PIS-PASEP e a COFINS foi revisto. Anteriormente, o cálculo para provisionamento era efetuado por meio da aplicação da diferença entre a alíquota nominal do regime de apuração não cumulativo (9,25%) e do regime cumulativo (3,65%). Com o novo critério, que considerou a dedução dos créditos sobre despesas a que o Serpro faria jus caso não tivesse o benefício da imunidade, a alíquota efetiva do regime de apuração não cumulativo reduziu a 8,19%, passando a ser, então, a nova base para a constituição da provisão. A mudança gerou um impacto positivo de redução do passivo da ordem de R\$ 118 milhões.

### 2.10.3 Programa de Demissão Voluntária

Em 2023, o Programa de Demissão Voluntária - PDV teve adesão de 382 empregados e um dispêndio de cerca de R\$41,6 milhões, referente ao incentivo financeiro por tempo de serviço estabelecido no Programa. A redução de gastos pretendida ocorrerá ao longo do tempo, já que no exercício de implementação o impacto negativo é significativo, visto que o gasto correspondente é superior à economia gerada.

## 2.11 Situação da Imunidade Tributária

Desde que o Serpro obteve decisão favorável do Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 2.658, em abril de 2018, esta empresa pública federal vem implementando gradativamente os efeitos do reconhecimento da imunidade tributária recíproca junto aos Fiscos Federal, Estadual e Municipal.

Com o objetivo de mitigar riscos tributários e perda financeira relacionados, o Serpro iniciou o processo de implementação da imunidade tributária de forma cautelosa e conservadora, buscando, como primeira alternativa, o envio de comunicação administrativa ao Fisco. Somente após o indeferimento do pedido de reconhecimento administrativo da imunidade tributária, ou diante de sua ausência em manifestar-se, é que o Serpro buscou a via judicial para o pleito.

Atualmente a imunidade tributária do Serpro encontra-se na seguinte situação:

Decisão	Fisco envolvido
Judicial - Transitado em Julgado	<b>Fisco Municipal:</b> Brasília, Porto Alegre (IPTU), Florianópolis, Belém e Maceió.
Judicial - Antecipação de Tutela	<b>Fisco Municipal:</b> Rio de Janeiro, Curitiba, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Vitória, Aracajú, Boa Vista, Cuiabá, Macapá, Manaus, Palmas e Porto Velho.

Decisão	Fisco envolvido
Administrativa - Decisão Definitiva	<b>Fisco Federal:</b> Receita Federal do Brasil ( <i>passível de comprovação de requisitos, SC 301/2023</i> ) <b>Fisco Estadual:</b> Rio Grande do Sul <b>Fisco Municipal:</b> Porto Alegre (ISS), Campo Grande, Goiânia, Natal e Rio Branco.
Administrativa - Decisão Provisória	<b>Fisco Municipal:</b> São Paulo.
Aguardando decisão (Imunidade não implementada)	<b>Fisco Municipal:</b> João Pessoa, São Luiz e Teresina.

### 3. Políticas contábeis e correção de erros

#### 3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa. Cálculos e julgamentos realizados no mesmo período do ano anterior somente foram modificados em relação à estimativa de valores a devolver da imunidade tributária, conforme nota 2.11.2.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Caixa / Bancos	24.888	2.006
Aplicação financeira	1.950.297	1.858.737
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.975.185</b>	<b>1.860.743</b>

#### 4.1 Bancos contas movimento

O valor de R\$ 24,9 milhões se refere, em ampla maioria, aos recebimentos de clientes públicos e privados, decorrentes das operações comerciais da Empresa.

#### 4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial	1.096.594	762.143	1.858.737
Aplicações	1.900.892	888.750	2.789.642
Resgates	(2.096.951)	(746.545)	(2.843.496)
Rendimento Líquido	58.168	87.246	145.414
<b>Saldo Final</b>	<b>958.703</b>	<b>991.594</b>	<b>1.950.297</b>
Saldo Médio Mensal	615.621	880.284	1.495.905
Rentabilidade Fundo (líquida)	10,1%	10,1%	
Rentabilidade média (líquida)	9,4%	9,9%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução BCB 3.284 de 2005, o saldo de R\$ 1,9 bilhão está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB), com posição de dezembro de 2023. Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC. Os fundos apresentam rentabilidades equivalentes. A diferença observada na rentabilidade média entre os dois fundos decorre da maior movimentação observada nas aplicações e resgates do fundo BB FAE.

### 4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

	Dez/2023	Dez/2022
Recebimentos de clientes	3.410.901	3.068.199
Ressarcimento de pessoal requisitado	263.147	253.985
Rendimento de aplicações financeiras	185.431	174.770
Outros recebimentos	138.188	174.306
Tributos e encargos	(229.574)	(247.069)
Pessoal e encargos	(2.283.533)	(2.078.051)
Sentenças judiciais	(105.935)	(125.964)
Pagamentos a fornecedores	(474.729)	(465.104)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>903.895</b>	<b>755.072</b>
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(302.841)	(360.784)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(302.841)</b>	<b>(360.784)</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(486.613)	(403.293)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(486.613)</b>	<b>(403.293)</b>
<b>Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>114.442</b>	<b>(9.005)</b>
<b>Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.860.743</b>	<b>1.869.748</b>
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.975.185</b>	<b>1.860.743</b>

## 5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Créditos a receber a faturar	170.862	278.186
Créditos a receber de clientes a vencer	305.251	252.934
Vencidos até 30 dias	40.277	43.094
Vencidos de 31 a 60 dias	21.791	9.979
Vencidos de 61 a 90 dias	25.707	10.312
Vencidos de 91 a 180 dias	25.107	27.843

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Vencidos de 181 a 365 dias	19.944	53.386
Vencidos há mais de 365 dias	195.643	184.245
<b>Créditos a receber</b>	<b>804.582</b>	<b>859.979</b>
Perdas Incorridas	(114.528)	(92.617)
Perdas Estimadas	(71.706)	(76.731)
Redução ao valor recuperável de clientes	(10.061)	-
<b>Total</b>	<b>608.287</b>	<b>690.631</b>

## 5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes. Por fim, permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

### 5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida
Saldo em Dez/2022	(76.731)	(92.617)
Constituição	(38.891)	(28.112)
Reversão	43.916	6.201
<b>Saldo em Dez/2023</b>	<b>(71.706)</b>	<b>(114.528)</b>

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$71,7 milhões) e das perdas incorridas (R\$114,5 milhões), perfazendo um total de R\$ 186,2 milhões.

### 5.1.2 Redução ao valor recuperável de clientes

Os R\$ 10,1 milhões registrados decorrem da identificação de consumos anômalos (R\$ 5,7 milhões) ao longo do exercício e do registro de redução de ativo (R\$ 4,4 milhões) relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas.

O consumo anômalo se caracteriza quando a utilização de determinado serviço por um cliente extrapola significativamente sua utilização histórica. É comum que a extrapolação de fato não represente a utilização do serviço, gerando questionamentos por parte do cliente. Haja vista que a solução para a questão ultrapassa as tratativas comerciais, trata-se o valor como incobrável, gerando a redução do valor recuperável.

No caso dos valores pagos parcialmente, como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, também é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

Ambos os valores são reduzidos daqueles que, por cumprirem os requisitos, constituírem a PECLD.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Consumo anômalo	5.684	-
Multas e juros	4.377	-
<b>Total</b>	<b>10.061</b>	<b>-</b>

## 6. Créditos tributários

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
<b>Tributos Federais – IRPJ e CSLL</b>	<b>90.775</b>	<b>133.123</b>
IR e CSLL a recuperar/compensar	210.559	221.375
IRRF a compensar	40.013	36.079
IRPJ a recolher	(84.976)	(52.786)
CSLL a recolher	(74.821)	(71.545)
<b>Tributos Municipais</b>	<b>9.366</b>	<b>9.331</b>
ISS a compensar	9.355	9.331
INSS a compensar	11	-
<b>Total</b>	<b>100.141</b>	<b>142.454</b>

O ISS a compensar (R\$ 9,4 milhões) se refere às retenções efetuadas por clientes públicos no Distrito Federal (DF). Uma vez que o Serpro possui reconhecida a imunidade no DF, há o direito ao ressarcimento dos valores.

## 7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo com base no Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de dezembro de 2023, o SERPRO contava com 1.531 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Ressarcimento - Folha de pagamento	57.564	63.052
Ressarcimento - Sentenças judiciais	52	52
<b>Total Circulante</b>	<b>57.616</b>	<b>63.104</b>
Ressarcimento - Sentenças judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	124.183	150.482
<b>Total Não Circulante</b>	<b>279.825</b>	<b>306.124</b>

A Nota explicativa sobre Partes Relacionadas (Nota 27) apresenta mais informações acerca das transações que envolveram Pessoal de Serviço Externo (PSE).



## 8. Créditos diversos

O saldo de R\$ 36,0 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 22,7 milhões, além do registro de outros recebíveis, tais como boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro (R\$ 9,4 milhões), Previdência Complementar SERPROS (R\$ 1,1 milhão) e outros direitos a receber.

## 9. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

### 9.1 Imóveis mantidos para venda

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Galpão - Taguatinga DF	1.720	(58)	1.662

Em 2022, foram leiloados todos os imóveis até então mantidos para venda, inclusive o imóvel de Taguatinga, no Distrito Federal, baixado em dezembro daquele ano. Contudo, no 1º trimestre de 2023, o imóvel voltou a compor o grupo de imóveis mantidos para venda, devido ao cancelamento do leilão por falta de pagamento do ganhador do certame. Caso haja decisão conhecida para permanência do imóvel para uso ou exploração, este será reclassificado para o imobilizado. Está registrado no ativo pelo custo histórico abatido da depreciação, uma vez que o valor de avaliação de R\$ 7,6 milhões se mostra superior, assim como o próprio valor de R\$ 4,1 milhões obtido no leilão.

## 10. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Depósitos judiciais e recursais	417.395	402.078
Ações fiscais	184	6.351
<b>Total</b>	<b>417.579</b>	<b>408.429</b>

### 10.1 Depósitos Judiciais e recursais

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, todas as contas se concentram na Caixa Econômica Federal (59% do saldo) e no Banco do Brasil (41% do saldo).

Os depósitos judiciais, compostos também pelos recursais posteriores à reforma trabalhista, totalizam R\$ 395,3 milhões, sendo R\$ 388,5 milhões reconhecidos no ativo do Serpro, distribuídos conforme quadro a seguir.

Descrição	Qtde	Valor
Maior que R\$ 2mi	23	197.901
De R\$ 1mi a R\$ 2mi	30	44.060
De R\$ 500mil a R\$ 1mi	69	46.352
De R\$ 250mil a R\$ 500mil	108	37.355
Até R\$ 250mil	3.443	69.588
Outra parte ou não identificados		(6.753)
<b>Total</b>	<b>3.673</b>	<b>388.502</b>

Quanto aos depósitos recursais (R\$ 28,8 milhões) anteriores à Reforma Trabalhista, encontram-se integralmente depositados na Caixa Econômica Federal, em conta vinculada ao FGTS do Trabalhador.

## 10.2 Ações Fiscais

O saldo em ações fiscais, em sua maioria, era composto em 2022 pelo procedimento administrativo fiscal (PAF), iniciado em 2010 pela RFB, decorrente de alegação de não encaminhamento dos arquivos digitais, conforme Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD). Em 2023, o Recurso Voluntário interposto pelo SERPRO, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Federais (CARF), teve os argumentos da Empresa acolhidos de forma unânime, declarando-se a nulidade da autuação fiscal por erro de capitulação, havendo o retorno aos cofres do SERPRO dos valores retidos administrativamente até então (R\$ 6,1 milhões).

## 11. Créditos realizáveis a longo prazo

O valor de R\$ 114,1 milhões, atualizado até dezembro de 2023, refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 31/12/2023 é de R\$ 275,2 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é de 205º, no encerramento de 2023.

## 12. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

	Edifícios		Terrenos	Obras em Andam.	Instalações		Benfeitorias em propriedades de terceiros		IPC/90		Bens Móveis		Total	
	Ativo	Deprec.			Ativo	Ativo	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2021	145.174	(45.400)	56.491	14.754	141.452	(112.971)	1.817	(1.720)	19.210	(2.531)	1.124.645	(733.740)	1.503.543	(896.362)
Adições	3.526		10.539	8.420	100						321.728		344.314	0
Baixas	(3.526)	2.028	(14.533)	(1.443)	(169)	169					(107.578)	106.841	(127.249)	109.038
Regularização											(65.212)	63.583	(65.212)	63.583
IPC 90 - Reclassif	3.432	(686)	13.933		1.845	(1.845)			(19.210)	2.531			0	0
Depreciação		(2.195)				(19.457)		(93)				(92.596)	0	(114.341)
<b>Saldo dez/2022</b>	<b>148.606</b>	<b>(46.253)</b>	<b>66.430</b>	<b>21.731</b>	<b>143.228</b>	<b>(134.103)</b>	<b>1.817</b>	<b>(1.813)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.273.584</b>	<b>(655.912)</b>	<b>1.655.396</b>	<b>(838.081)</b>
Adições				3.686							178.500		182.186	0
Baixas				(693)							(135.909)	135.219	(136.602)	135.219
Transferências				(7.550)	7.550						(170)	(4)	(170)	(4)
Depreciação		(1.858)				(5.238)		(4)				(148.283)	0	(155.383)
<b>Saldo dez/2023</b>	<b>148.606</b>	<b>(48.111)</b>	<b>66.430</b>	<b>17.174</b>	<b>150.778</b>	<b>(139.342)</b>	<b>1.817</b>	<b>(1.817)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.316.006</b>	<b>(668.980)</b>	<b>1.700.810</b>	<b>(858.250)</b>

O Serpro vem renovando seu parque tecnológico ao longo dos últimos anos. Destacam-se os investimentos em Equipamentos de TI (grupo Bens Móveis), que atingiram patamar superior a R\$ 500 milhões em 2022 e 2023 (linhas “Adições”, coluna “Ativo”). Por outro lado, as baixas de bens inservíveis ou obsoletos totalizaram R\$ 263,9 milhões (linhas “Baixas”, coluna “Ativo”). A movimentação das adições e baixas dos bens móveis é o principal fator que justifica a ampliação da despesa de depreciação de 2022 para 2023 (linhas “Depreciação” da tabela acima) em R\$ 42,1 milhões, considerando que o aumento R\$ 55,7 milhões se justificam na movimentação dos bens móveis (nota 12.1), efeito suavizado pela redução da depreciação de instalações de R\$ 14,3 milhões, devido ao encerramento da vida útil contábil de boa parte dos ativos do grupo.

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

## 12.1 Bens móveis – adições e impactos na depreciação

Conforme nota 26.3.3, a despesa de Depreciação e Amortização apresentou crescimento, devido ao nível de ativação de equipamentos para a atualização do parque tecnológico. A ampliação da depreciação de bens móveis, majoritariamente representados pelos equipamentos de TI, se explica, de um lado, pelo incremento de despesa de depreciação decorrente dos bens adicionados em 2022 e 2023, que impactaram em R\$ 67,9 milhões o último exercício e, de outro lado, pela redução da depreciação decorrente do encerramento de vida útil dos bens, que reduz a variação anual para os R\$ 55,7 milhões observáveis no exercício. O mencionado aumento pela adição de bens móveis é percebido na variação anual devido ao momento em que os ativos foram adquiridos e entraram em funcionamento, conforme tabela a seguir, em que se observa uma concentração de adições do 3T22 ao 2T23.

Período	Adições	Incremento* na depreciação anual 2022	Incremento* na depreciação anual 2023	Aumento de depreciação 2022x2023
1T22	7.254	(1.156)	(1.451)	(295)
2T22	29.250	(3.106)	(5.850)	(2.744)
3T22	59.462	(3.782)	(11.892)	(8.110)
4T22	225.762	(2.770)	(45.152)	(42.382)
<b>2022</b>	<b>321.728</b>	<b>(10.814)</b>	<b>(64.345)</b>	<b>(53.531)</b>
1T23	1.628		(256)	(256)
2T23	109.284		(11.570)	(11.570)
3T23	39.014		(2.119)	(2.119)
4T23	28.574		(437)	(437)
<b>2023</b>	<b>178.500</b>		<b>(14.382)</b>	<b>(14.382)</b>
<b>Total</b>	<b>500.228</b>	<b>(10.814)</b>	<b>(78.727)</b>	<b>(67.913)</b>

\*estimado com base em vida útil média de 60 meses

## 13. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos *softwares* desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Entradas/			Dez/2023
	Dez/2022	Amortização	Baixas	
<b>Softwares</b>	<b>745.493</b>	<b>22.778</b>	<b>(3.083)</b>	<b>765.188</b>
Adquiridos	729.176	5.405	0	734.581
Desenvolvidos para uso interno	16.317	11.316	(3.083)	24.550
Estoque interno	0	6.057	0	6.057
<b>(Amortização acumulada e Perdas estimadas)</b>	<b>(638.007)</b>	<b>(33.643)</b>	<b>364</b>	<b>(671.286)</b>
Softwares adquiridos	(637.279)	(31.052)	0	(668.331)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(164)	(2.591)	364	(2.391)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
<b>Saldo</b>	<b>107.486</b>	<b>(10.865)</b>	<b>(2.719)</b>	<b>93.902</b>

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

### 13.1 Baixas Decorrentes de Estudo de Recuperabilidade

Anualmente, a Empresa aplica, por meio da criação de uma comissão multidisciplinar, o teste do valor recuperável de seus ativos, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 01, a fim de verificar se há indicativos de desvalorização do valor recuperável dos seus bens. Durante a avaliação dos ativos em 2023, foram identificados *softwares* internos com necessidade de redução da vida útil, com baixa materialidade, além de *softwares* internos descontinuados no exercício, sendo estes últimos baixados do ativo intangível, com impacto líquido de R\$ 2,7 milhões.

## 14. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Previdência social	16.509	16.637
Pensão alimentícia	50	57
IRRF	42.475	39.960
Tributos federais retidos	1.794	7.531
ISS	338	551
Plano de previdência e assistência médica	220	15.522
Entidades representativas de classes	173	177
Empréstimos, retenções e consignatários	5.441	4.957
<b>Total</b>	<b>67.000</b>	<b>85.392</b>

## 15. Tributos e encargos sociais

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Passivo fiscal diferido	44.170	68.187
PASEP / COFINS a recolher	34.469	36.811
CPRB a recolher	25.520	14.749
FGTS	14.774	14.599
ISS a recolher	8.576	8.346
Outros tributos	1.138	1.166
<b>Total</b>	<b>128.647</b>	<b>143.858</b>

A Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta (CPRB) variou R\$ 10,8 milhões em razão do aumento da base de cálculo de referência para apuração, atribuído principalmente à receita faturada de dezembro de 2023, que ficou superior em 57,9% ao mesmo período do ano anterior. Tal fato representa 91% do aumento da CPRB.

### 15.1 Passivo Fiscal Diferido

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
IRPJ / CSLL	20.095	32.504
Demais Tributos s/ Receita Bruta	24.075	35.683
<b>Total</b>	<b>44.170</b>	<b>68.187</b>

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

## 16. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 279,5 milhões, resultado das operações comerciais do Serpro, e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 390,6 milhões, conforme detalhamento na Nota Explicativa seguinte.

### 16.1 Fornecedores

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Fornecedores	279.520	318.600

A variação observada decorre da redução de despesas de custeio, sobretudo no 4T23, referentes a ações empresariais de otimização dos gastos.

## 17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Férias	221.631	215.336
Licença prêmio	164.484	156.968
Outras obrigações com pessoal	4.529	4.400
<b>Total</b>	<b>390.644</b>	<b>376.704</b>

A variação observada entre dez/2022 e dez/2023 (R\$ 13,9 milhões) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição de valores a pagar de férias e licença prêmio. Estes, como demonstrado, respondem por R\$ 386,1 milhões do saldo total. Por representarem passivo atrelado à folha de pagamento, o aumento das despesas de pessoal decorrentes de Acordo Coletivo de Trabalho e variação normal, é refletido nas obrigações a pagar.

## 18. Benefícios a empregados

### 18.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com **autonomia** administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido-BD	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

#### 18.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	1.918	17.126
Outros Valores	1	2
<b>Total</b>	<b>15.263</b>	<b>30.472</b>

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Em relação às contribuições paritárias, diferentemente de 2022, no exercício atual o Serpro efetuou o pagamento das contribuições de dezembro antes do encerramento do exercício, justificando a variação observada.

## 18.2 Assistência à Saúde

Oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, pelo Programa de Assistência à Saúde PAS SERPRO.

### 18.2.1 Custeio do benefício de assistência à saúde

O SERPRO mantém como boas práticas medições dos custos dos benefícios de assistência à saúde dos empregados, por meio de controles internos e indicadores implantados, incluindo o custo para a Estatal desses benefícios.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022 [Atualizado]	Dez/2022 [Publicado]
Utilização do Plano de Saúde	277.650	251.571	251.571
Despesas Administrativas	38.517	37.405	37.306
<b>Total dos gastos</b>	<b>316.167</b>	<b>288.976</b>	<b>288.877</b>
Participação dos Empregados	203.820	178.413	175.692
Participação Empresa	112.347	110.563	113.185
<b>Total das participações</b>	<b>316.167</b>	<b>288.976</b>	<b>288.877</b>

## 18.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
	Empregados: R\$ 1.180,80 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2023/2024
SODEXO	Dirigentes: R\$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

## 18.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

## 19. Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 28,6 mi refere-se a valores a pagar referentes à participação de empregados (R\$ 27,8 milhões) e dos administradores nos lucros (R\$ 0,8 milhão). Estes pagamentos seguem os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2023 e Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2023. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto 8.945/2016.

## 20. Dividendos e Juros sobre capital próprio

No 1º trimestre de 2023 foram recolhidos para a União os valores referentes aos dividendos e o que constava na reserva de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 356,9 milhões. Estes valores sofreram correção pela SELIC até a data do seu pagamento. O saldo de R\$ 107,1 milhões foi registrado como parte da proposta de destinação do resultado obtido em 2023 e se refere à remuneração mínima obrigatória ao acionista (25% do lucro ajustado).



Todo o valor corresponde aos juros sobre capital próprio – JSCP, com base no percentual limite da TJLP 2023, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

## 21. Outras obrigações

Neste grupo estão registradas, basicamente, as contas de adiantamento de clientes e de processo trabalhista a pagar, decorrente de acordos judiciais.

## 22. Obrigações tributárias

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
PASEP/COFINS a recolher	507	396.188
ISS a recolher	-	203.085
ISS renegociado	53.557	47.442
IPTU a Recolher	6.918	4.219
<b>Total</b>	<b>60.982</b>	<b>650.934</b>

A redução observada no grupo no total de R\$ 590,0 milhões decorreu de revisões relacionadas à imunidade tributária. Os tributos PIS-PASEP/COFINS e ISS, incidentes sobre as receitas de prestação de serviços, figuravam como obrigações tributárias, uma vez que foram registrados para atender eventual necessidade de recolhimento aos fiscos. Com o êxito das decisões até o momento obtidas, o Serpro, em 2023, decidiu pela estratégia de repassar a seus clientes os benefícios da imunidade tributária, por meio da redução dos preços dos serviços prestados. Alinhado a esta estratégia, o entendimento de redução de preço e à redução de risco observada junto aos fiscos, em 2023, os valores provisionados foram reclassificados de obrigações tributárias para obrigações administrativas junto a clientes (notas 2.11 e 23.1).

### 22.1 ISS renegociado

São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

### 22.2 IPTU a recolher

Refere-se aos impostos com pagamento suspenso em decorrência das ações de imunidade tributária junto às prefeituras, com decisões provisórias.

## 23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
<b>Provisões Judiciais</b>	<b>397.095</b>	<b>414.868</b>
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	390.459	393.602
Provisões Cíveis	6.620	20.918
Provisões Fiscais	16	348
<b>Provisões administrativas</b>	<b>698.149</b>	<b>62.367</b>
<b>Saldo</b>	<b>1.095.244</b>	<b>477.235</b>

## 23.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repectuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Provisões imunidade (ISS e ICMS)	321.844	62.366
Provisões COFINS imunidade	309.180	-
Provisões PIS/PASEP imunidade	67.125	-
<b>Total</b>	<b>698.149</b>	<b>62.366</b>

As provisões administrativas aumentaram em R\$ 635,8 milhões após estudo interno acerca das provisões constituídas em razão da imunidade tributária, como descrito na Nota Explicativa 22. O aumento decorre de reclassificações contábeis dos referidos saldos. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro. Os valores de ISS relativos aos demais clientes, com baixa probabilidade de execução, atingem, em dezembro de 2023, R\$ 28,2 milhões, enquanto para as contribuições PIS-PASEP/COFINS representam R\$ 16,4 milhões.

## 23.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos pelo CPC 25. Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de sucumbência com desembolso acima de R\$ 1,2 milhão na data da provisão e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco são inferiores a R\$ 1,2 milhão.

Os processos estratégicos e os não estratégicos podem ser considerados com risco de perda provável ou possível. Os processos estratégicos provisionados, considerados com risco de perda provável, possuem estimativa confiável de seu valor e que se trata de uma obrigação presente, independentemente da fase processual.

Os riscos dos processos estratégicos são atribuídos pelo advogado. Seu o reconhecimento é realizado pela contabilidade, e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo, observando o cálculo homologado, o cálculo incontroverso e o cálculo do SERPRO com base nos pedidos do reclamante, respectivamente. Os processos não estratégicos, considerados como risco de perda provável, são provisionados por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise. Quanto aos riscos de perdas possíveis, os processos não impactam o valor da provisão reconhecido no balanço, mas são monitorados continuamente e divulgados em Nota Explicativa.

### 23.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2022	21.266	393.602	414.868
Reclassificação de saldos por natureza	(1.340)	1.340	-
Processos que entraram na provisão	6.442	10.498	16.940
Processos que saíram da provisão	(16.408)	(2.193)	(18.601)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	115	22.029	22.144
Redução nos processos anteriormente provisionados		(30.981)	(30.981)
Saldo da provisão 31/03/2023	10.075	394.295	404.370
Processos que entraram na provisão		34.950	34.950
Processos que saíram da provisão	(748)	(35.879)	(36.627)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	140	12.922	13.062
Redução nos processos anteriormente provisionados		(16.448)	(16.448)
Saldo da provisão 30/06/2023	9.467	389.840	399.307
Processos que entraram na provisão	0	16.592	16.592
Processos que saíram da provisão	(943)	(188)	(1.130)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	429	13.452	13.881
Redução nos processos anteriormente provisionados	(14)	(23.635)	(23.649)
Saldo em 30/09/2023	8.939	396.061	405.000
Processos que entraram na provisão	991	20.459	21.450
Processos que saíram da provisão		(18.833)	(18.833)
Majoração nos processos anteriormente provisionados		15.802	15.802
Redução nos processos anteriormente provisionados	(3.294)	(23.030)	(26.324)
Saldo em 31/12/2023	6.636	390.459	397.095

\*Processos Fiscais somam R\$ 15,9 mil.

A movimentação dos processos impactou positivamente no resultado em R\$7,9 milhões no quarto trimestre de 2023 e R\$ 17,8 milhões se comparado a dezembro de 2022. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 98% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados com os cíveis por serem valores imateriais.

### 23.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsado. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração julga que o reembolso é devido e provavelmente certo.

Tipo de ação	Dez/2023	Dez/2022
Sem expectativa de reembolso	272.911	264.386

Tipo de ação	Dez/2023	Dez/2022
Com expectativa de reembolso (PSE)	124.184	150.482
<b>Saldo da provisão</b>	<b>397.095</b>	<b>414.868</b>

Existe um trabalho contínuo para redução do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor.

### 23.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Foram verificados como possíveis, processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos.

Do total de 466 processos classificados como estratégicos, 20 têm seu risco de perda classificado como possível, o que monta um valor total de R\$ 212,6 milhões. Do total dos 1.729 processos classificados como não estratégicos, 214 processos (R\$ 12,0 milhões) foram elencados como possíveis. O total de possíveis monta 234 processos, correspondendo a R\$ 224,6 milhões.

Risco Processual	Dez/2023		Dez/2022		
	Possível	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis		222	58.900	198	58.101
Processos Trabalhistas		9	143.477	16	156.473
Processos Tributários		3	22.228	1	19.663
<b>Total</b>		<b>234</b>	<b>224.605</b>	<b>215</b>	<b>234.237</b>

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente.

### 23.2.4. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil e não representa o reconhecimento da empresa da perda destes processos, visto que ainda estão em andamento.

## 24. Benefício a empregados - Pós-emprego

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

Anualmente o SERPRO contrata Consultoria Atuarial para avaliar os benefícios a empregados, como Plano de Previdência Complementar e Plano de Saúde. A avaliação realizada sobre os dados de 2023 apontou a necessidade de atualização do Passivo para ambos os benefícios, razão do acréscimo de R\$132,1 milhões observado entre os anos de 2022 e 2023:

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Programas Previdenciários	518.246	293.547
Plano de Assistência à Saúde	167.387	260.011
<b>Total</b>	<b>685.633</b>	<b>553.558</b>

## 24.1 Programas Previdenciários

A Empresa oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

### 24.1.1 Planos de Previdência

#### 24.1.1.1 Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi saldado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são:

- Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementação de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Auxílio-Doença;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Auxílio-Reclusão.

O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Autopatrocinados e Participantes Assistidos. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

#### 24.1.1.2 Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- a) Aos participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- b) Aos beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- c) Aos designados: pecúlio por morte.

## 24.1.2 Avaliação Atuarial dos planos de benefício (PS-I e PS-II)

### 24.1.2.1 Base de dados

Para a avaliação, foram considerados os dados dos participantes, dos ativos financeiros e obrigações, na data-base de 30/09/2023, sendo projetados para 31/12/2023.

### 24.1.2.2 Hipóteses atuariais e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimação de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 26 e 33 do CPC e as normas do IFRS – International Financial Reporting Standards, adotou-se o método da UCP – Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos, aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na Empresa.

### 24.1.2.3 Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

a) Taxa de Juros a Longo Prazo: NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B com juros semestrais) identificado como IMA-B pela ANBIMA em 18 de dezembro de 2023, comparado ao fluxo de caixa das obrigações de longo prazo sob a metodologia chamada "Duração". A Duração de Macaulay é definida como o prazo médio ponderado das operações por fluxos de caixa e foi aplicada conforme a seguir:

Plano	Duration	Dez/2022
Plano PS-I	9,79 anos	5,48% a.a.
Plano PS-II	9,67 anos	5,45% a.a.
Plano PAS/SERPRO	15,98 anos	5,54% a.a.

b) Inflação: De acordo com o Boletim Focus de 20/10/2023, pela Mediana – Método Agregado, a expectativa de inflação para o ano de 2024 é de 3,87%.

c) Taxa Real de Evolução dos Custos Médicos:

c.1) HCCTR – *Health Care Cost Trend Rate*

A premissa HCCTR, no Brasil chamada de “inflação médica”, apresentada pelo IESS – Instituto de Estudos da Saúde Suplementar. Avaliando o histórico de reajustes aplicados nos últimos 5 anos para o SERPRO, foi utilizada a taxa real de 3,02%aa como HCCTR.

c.2) *Aging Factor*

A tarificação de produtos de assistência médica é exponencial em relação à idade de seus beneficiários, razão pela qual os valores das mensalidades são crescentes por faixas etárias. Ainda que a Operadora cobre preços únicos para todos os colaboradores da Empresa, o envelhecimento da massa populacional, causado pela incorporação dos aposentados à apólice, é repassado por meio dos reajustes anuais de contrato. Houve redução da taxa de *Aging Factor* calculada (saindo de 3,08%aa em 2022 para 2,03%aa em 2023). Até o exercício de 2022 a taxa utilizada estava baseada em projeções de mercado para planos de mesmas características e, a partir do exercício de 2023, o cálculo passou a ser efetuado utilizando a base de dados da própria empresa relativa aos custos médicos do plano e sua população beneficiária.

d) Taxa de rotatividade: A rotatividade foi considerada nula para o Plano PS-I e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PS-II.

e) Rentabilidade Líquida Esperada para os Ativos Financeiros: A rentabilidade dos ativos financeiros, projetada para o próximo exercício, é de 9,30% a.a. e 9,68% a.a. para os planos PS-I e PS-II, respectivamente.

f) Fator de capacidade para benefícios e salários: O fator de capacidade é utilizado para medir a perda real do poder de compra de salários e benefícios em função da inflação anual. Na avaliação, foi utilizado o fator de 98%.

### 24.1.3 Resultado da avaliação atuarial

#### 24.1.3.1 Avaliação atuarial – Plano PS-I

Descrição	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
<b>Obrigações no início do exercício</b>	<b>3.219.164</b>	<b>3.077.640</b>	<b>3.383.932</b>
Contribuições de participantes ativos	2.642	2.666	
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	322.693	350.656	315.242
(Ganhos)/Perdas atuariais	(247.549)	191.059	(265.938)
(-) Benefícios pagos no ano	(219.310)	(238.089)	
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>3.077.640</b>	<b>3.383.932</b>	<b>3.433.236</b>
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício</b>	<b>2.667.848</b>	<b>2.784.093</b>	<b>2.865.686</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	267.006	317.821	266.524
Contribuições normais e extraordinárias patronais	24.011	27.598	28.683
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	2.642	2.666	2.771
(-) Benefícios pagos	(219.310)	(238.089)	(265.938)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	41.896	(28.403)	-
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>2.784.093</b>	<b>2.865.686</b>	<b>2.897.726</b>
(Déficit)/Superávit apurado	(293.547)	(518.246)	(535.510)
<b>Passivo líquido ao final do exercício</b>	<b>(293.547)</b>	<b>(518.246)</b>	<b>(535.510)</b>

##### 24.1.3.1.1 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2023, houve aumento no passivo atuarial do Plano SERPRO – PS-I, no montante total de R\$ 224,7 mi (passou de R\$293,5 milhões em 2022 para R\$ 518,2 milhões em 2023). O acréscimo se deve, principalmente, às perdas atuariais e financeiras apuradas em 2023.

#### 24.1.3.2. Avaliação atuarial – Plano PS-II

Descrição	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
<b>Obrigações no início do exercício</b>	<b>1.484.811</b>	<b>1.507.926</b>	<b>1.716.481</b>
Custo do serviço corrente	815	1.615	1.795
Contribuições de participantes ativos	78.175	91.791	97.830
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	149.688	172.837	157.528
(Ganhos)/Perdas atuariais	(80.863)	81.593	
(-) Benefícios pagos no ano	(124.700)	(139.281)	(152.644)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>1.507.926</b>	<b>1.716.481</b>	<b>1.820.990</b>
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício</b>	<b>1.588.947</b>	<b>1.810.496</b>	<b>2.125.174</b>

Descrição	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	167.946	218.015	205.921
Contribuições normais e extraordinárias patronais	78.297	92.018	98.072
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	78.175	91.790	97.830
(-) Benefícios pagos	(124.700)	(139.281)	(152.644)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	21.831	52.136	
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>1.810.496</b>	<b>2.125.174</b>	<b>2.374.353</b>
<b>(Déficit)/Superávit apurado</b>	<b>302.570</b>	<b>408.693</b>	<b>553.363</b>
Asset Ceiling (Regra IAS)	(302.570)	(408.693)	(553.363)
(-) Contrato de dívida já reconhecido		(185)	
<b>Passivo líquido ao final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Pela regra do teto de ativo (*Asset Ceiling*) não é permitido o reconhecimento do *superávit* apurado no plano. Sendo assim, a tabela acima busca evidenciar a movimentação ocorrida no exercício de 2023, sem impactos contábeis.

## 24.2. Programa de Assistência à Saúde – PAS / SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de Autogestão oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex-empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste Plano são divididos em dois grupos, a saber:

**Grupo I** - Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes, assegurando as limitações previstas em Regulamento. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a Referência Salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

**Grupo II** - Empregados inativos/agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de licença sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano de acordo com as limitações previstas em Regulamento. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

A base de dados utilizada no cálculo atuarial está posicionada de outubro de 2022 a setembro de 2023. Em dezembro de 2023 houve um reajuste no plano de 4,87% (24,27%, em 2022). Assim para o cálculo apresentado, foi utilizada a mensalidade com o reajuste já contemplado. Os reajustes aplicados em 2022 e 2023 geraram aumento de receita do plano da ordem de R\$ 31,3 milhões, inferior ainda à ampliação da utilização de R\$ 32,3 milhões.

### 24.2.1 Avaliação Atuarial dos Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
<b>Obrigações no início do exercício</b>		<b>260.011</b>	<b>167.388</b>
Custo do serviço corrente	-	18.298	7.389
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	-	28.795	14.490



Descrição	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
(Ganhos)/Perdas atuariais	-	(139.716)	-
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	(16.358)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>260.011</b>	<b>167.388</b>	<b>172.909</b>
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
<b>(Déficit)/Superávit apurado</b>	<b>(260.011)</b>	<b>(167.388)</b>	<b>(172.909)</b>

### 24.2.1.2 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2023, houve redução no passivo atuarial do Plano de Assistência à Saúde - PAS/ SERPRO, no montante total de R\$ 92,6 mi (de R\$260,0 milhões em 2022 para R\$ 167,4 milhões em 2023). O fato se deve, principalmente, à redução da taxa de *Aging Factor* calculada (saindo de 3,08%aa em 2022 para 2,03%aa em 2023), ou seja, não indica redução dos gastos de utilização ou da sinistralidade do plano de saúde, conforme aumento na utilização mencionado na nota 24.2. Até o exercício de 2022 a taxa utilizada estava baseada em projeções de mercado para planos de mesmas características e, a partir do exercício de 2023, o cálculo passou a ser efetuado utilizando a base de dados da própria empresa relativa aos custos médicos do plano e a população beneficiária.

### 24.3 Despesas a serem reconhecidas em 2024

Com base na situação passiva apresentada pelo cálculo atuarial para os benefícios pós-emprego, em 2024 estima-se o reconhecimento de despesas de R\$ 45,9 milhões para o Plano PS-I, a título de custo dos juros sobre as obrigações atuariais, líquido das contribuições esperadas de participantes e da rentabilidade estimadas sobre os ativos financeiros.

Para o PAS-SERPRO, a estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, totaliza R\$ 21,9 milhões ao longo do próximo exercício.

## 25. Patrimônio líquido

A redução no Patrimônio Líquido em R\$ 81,2 milhões reflete, principalmente, a transferência de dividendos adicionais (no PL) para o Passivo, ainda em abril de 2023, no importe de R\$ 356,9 milhões, além da movimentação líquida negativa de Outros Resultados Abrangentes, decorrentes dos benefícios pós-emprego (nota 24).

### 25.1 Capital social

O capital social do SERPRO que era de R\$ 1.061,0 mi (um bilhão, sessenta e um milhões) passou para R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões), após a integralização das reservas de retenção de lucros no curso de 2023, conforme ata da reunião da Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 25 de abril de 2023.

### 25.2 Reservas

#### 25.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>65.877</b>	<b>41.964</b>	<b>(14.455)</b>	<b>93.386</b>
Reversão de alienação		1.071	(157)	914
Realização de reserva por depreciação	(1.368)		186	(1.182)
Atualização Imposto de Diferido			(192)	(192)
<b>Saldo em 31 dezembro de 2023</b>	<b>64.509</b>	<b>43.035</b>	<b>(14.618)</b>	<b>92.926</b>

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 92,9 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

## 25.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão.

### 25.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2023 foi de R\$ 22,5 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 128,5 milhões.

### 25.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

Todo o saldo de 2022 dessa reserva (R\$ 725,2 milhões) foi incorporado para aumento de capital conforme ata da reunião da Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 25 de abril de 2023, enquanto foi constituído, a partir do resultado apurado em 2023, R\$ 321,6 milhões. O movimento líquido no ano, portanto, foi uma redução de R\$ 403,6.

### 25.2.3 Dividendos e Destinação

Os dividendos mínimos para 2023 totalizaram R\$ 107,1 milhões, cuja memória e demais informações da Destinação do resultado constam no quadro a seguir.

Descrição	2023	2022
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	450.774	559.709
(b) Absorção dos prejuízos (art189)	-	-
(c) Participação estatutária (art190)	-	-
(d) LLE após Participações Estatutárias = (a)+(b) +(c) [art191 e 193]	450.774	559.709
(e) Reserva Legal = (d) x 5%	22.539	27.985
(f) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	-	(64.746)
(g) LLE após Reserva Legal e AEA = (d) - (e) + (f)	428.234	466.978
<b>(h) JCP/ Dividendos Mínimos obrigatórios (g) x 25%</b>	<b>107.059</b>	<b>116.744</b>
(i) Realização da Reserva de Reavaliação	460	6.716
(j) Saldo Remanescente a distribuir = (g) - (h) + (i)	321.636	356.949
(k) Reserva de Dividendos Adicionais Proposto	-	356.949
(l) Reserva de Retenção de Lucros	321.636	-

### 25.2.4 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, que variou negativamente R\$ 189,4 milhões, e com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO, que variou positivamente R\$ 121,2 milhões em 2023, líquidos dos tributos diferidos. As variações podem ser observadas na Demonstração do Resultado Abrangente.

## 26. Resultado do exercício

Descrição	Dez/23	Dez/22 Comparativo	Dez/22 Publicada
Receita Bruta	3.805.343	3.620.608	3.620.608
(-) Deduções*	(590.325)	(513.954)	(619.978)
<b>Receita operacional líquida*</b>	<b>3.215.018</b>	<b>3.106.654</b>	<b>3.000.630</b>
Custo dos serviços prestados*	(1.828.004)	(1.816.932)	(1.710.908)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.387.014</b>	<b>1.289.722</b>	<b>1.289.722</b>
Despesas operacionais	(1.006.619)	(789.046)	(789.046)
Resultado financeiro	246.641	178.622	178.622
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>627.036</b>	<b>679.298</b>	<b>679.298</b>
Tributos sobre o lucro	(176.262)	(119.589)	(119.589)
<b>Lucro / Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>450.774</b>	<b>559.709</b>	<b>559.709</b>

\*reclassificação das medidas compensatórias decorrentes do uso de base de dados de clientes na prestação de serviços (nota 2.8.1)

O resultado líquido de R\$ 450,8 milhões é menor em cerca de R\$ 108,9 milhões, ou seja, 19,5% inferior quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo do crescimento do Gasto Total (CSP + Despesas Operacionais) superior ao crescimento da Receita Líquida. Enquanto a Receita Líquida apresentou crescimento de R\$ 214,4 milhões (7,0%), o Gasto Total apresentou crescimento da ordem de R\$ 380,3 milhões, 15,5%. Contraponto ao crescimento do Gasto Total, o Resultado Financeiro contribuiu positivamente para o resultado do período apresentado, sendo R\$ 68,7 milhões (38,1%) superior ao mesmo período de 2022.

### 26.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

#### 26.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Dez/2023	Dez/2022
Hospedagem de Aplicações	2.347.158	2.330.426
Desenvolvimento e Manutenção de Software	258.313	294.032
Atendimento a Ambientes de Rede Local	126.865	145.652
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	107.356	102.849
Gestão de Margem Consignável	97.635	101.731
Datavalid	81.335	83.703
Consulta Online Senatran	74.875	59.126
Administração de Rede de Longa Distância	73.495	75.613
Infoconv	58.226	50.842
Consulta CPF	54.746	44.898
Demais Obrigações de Desempenho	499.125	353.163
Serviços a Faturar (CPC 47) - variação	26.214	(21.427)
<b>Total</b>	<b>3.805.343</b>	<b>3.620.608</b>

## 26.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

	Dez/2023	Dez/2022
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.508.987	1.637.483
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos*	455.000	0
Ministério dos Transportes	177.201	201.809
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	177.179	165.234
Diretoria de Adm. e Logística do Ministério da Fazenda*	162.444	624.101
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	156.827	187.410
Demais Clientes Públicos	464.971	263.224
<b>Total Clientes Públicos</b>	<b>3.102.609</b>	<b>3.079.262</b>
Total Clientes privados	676.520	562.773
Serviços a Faturar (CPC 47) - variação	26.214	(21.427)
<b>Receita Total</b>	<b>3.805.343</b>	<b>3.620.608</b>

\*Os contratos do antigo Ministério da Economia migraram parte para o Min. Fazenda e parte para o Min. Gestão e Inovação.

A Receita Bruta obtida ao final de 2023 foi de R\$ 3.805,3 milhões, sendo 5,1% superior ao resultado obtido no mesmo período do exercício anterior (R\$ 3.620,6 milhões), com evolução, especialmente, no mercado Privado que cresceu R\$113,7 milhões (+20,2%), sendo os maiores clientes a VALID Soluções S.A, com R\$43,3 milhões (+23,27% que o período anterior), a B3 S.A., com R\$27,4 milhões (+4,48% em comparação a 2022) e o SEBRAE, com R\$26,2 milhões (+77,33%). O mercado público cresceu R\$23,3 milhões (+0,76%), formado pelos entes relacionados ao Orçamento-Geral da União (OGU) e por aqueles fora do OGU (estatais, prefeituras, estados etc).

## 26.2 Receita Líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$108,4 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022 Comparativo	Dez/2022
Receita bruta	3.805.343	3.620.608	3.620.608
Deduções da Receita	(590.325)	(513.955)	(619.978)
(-) ISS	(80.927)	(79.441)	(79.441)
(-) PIS / PASEP	(53.084)	(49.636)	(49.636)
(-) COFINS	(244.523)	(228.624)	(228.624)
(-) INSS patronal	(167.035)	(156.255)	(156.255)
(-) Descontos concedidos*	(864)	5.719	(100.305)
(-) Vendas canceladas	(43.892)	(5.717)	(5.717)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.215.018</b>	<b>3.106.653</b>	<b>3.000.630</b>

\*reclassificação das medidas compensatórias decorrentes do uso de base de dados de clientes na prestação de serviços (nota 2.8.1).

O valor positivo em descontos concedidos, em 2022, se refere à realização de registros de valores anteriores a faturar que consideram o valor bruto do registro e o valor dos descontos aplicados, separadamente. Tal realização foi inferior ao valor anteriormente estimado, gerando reversão de descontos de R\$ 6,9 milhões naquele exercício.

## 26.3 Custos e despesas totais

### 26.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Dez/2023	Dez/2022 Comparativo	Dez/2022 Publicado
Despesas de Pessoal	(1.255.257)	(1.173.605)	(1.173.605)
Depreciação/Amortização	(146.237)	(117.811)	(117.811)
Locação	(116.591)	(56.181)	(56.181)
Manutenção	(171.465)	(242.325)	(242.325)
Comunicação	(15.867)	(16.268)	(16.268)
Serviços Profissionais	(49.507)	(26.082)	(26.082)
Serviços Públicos	(16.807)	(15.680)	(15.680)
Operações Tributárias*	150.369	(749)	3.732
Materiais	(1.991)	(6.531)	(6.531)
Exploração de Serviços**	(194.641)	(151.671)	(45.648)
Outros custos*	(10.011)	(10.028)	(14.509)
<b>Totais</b>	<b>(1.828.005)</b>	<b>(1.816.931)</b>	<b>(1.710.908)</b>

\* valores de provisões tributárias constantes de Outros Custos passaram a compor Operações Tributárias (despesas e créditos tributários).

\*\*reclassificação das medidas compensatórias decorrentes do uso de base de dados de clientes na prestação de serviços (nota 2.8.1)

### 26.3.2 Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

Descrição	Despesas com Vendas		Despesas Gerais e Administrativas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2023	Dez/2022
Despesas de Pessoal	(194.596)	(161.534)	(551.961)	(444.603)		
Depreciação/Amortização	(1.239)	(1.810)	(42.316)	(28.108)		
Locação	(160)	(1.328)	(716)	(2.403)		
Manutenção	(5.408)	(4.324)	(16.994)	(17.568)		
Comunicação	(130)	(112)	(1.465)	(129)		
Serviços Profissionais	(8.847)	(4.412)	(21.368)	(41.476)		
Serviços Públicos	(2.438)	(1.958)	(5.122)	(8.158)		
Créditos a Receber	(30.403)	(41.319)				
Operações Tributárias	(290)	(105)	(2.052)	(1.925)		
Materiais	(40)	(89)	(635)	(1.145)		
Resultado com ações judiciais			(105.039)	(32.143)		
Outras despesas e receitas	(3.664)	(2.686)	(9.223)	(17.843)	(2.510)	26.133
<b>Totais</b>	<b>(247.215)</b>	<b>(219.677)</b>	<b>(756.891)</b>	<b>(595.501)</b>	<b>(2.510)</b>	<b>26.133</b>

### 26.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados (nota 26.3.1) somados às despesas operacionais (nota 26.3.2), apresentado de forma comparativa.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022 Comparativo	Dez/2022 Publicado
Despesas de Pessoal	(2.001.814)	(1.779.742)	(1.779.742)
Depreciação/Amortização	(189.792)	(147.729)	(147.729)
Locação	(117.467)	(59.912)	(59.912)
Manutenção	(193.867)	(264.217)	(264.217)
Comunicação	(17.462)	(16.509)	(16.509)
Serviços Profissionais	(79.722)	(71.970)	(71.970)

Descrição	Dez/2023	Dez/2022 Comparativo	Dez/2022 Publicado
Serviços Públicos	(24.367)	(25.796)	(25.796)
Créditos a Receber	(30.403)	(41.319)	(41.319)
<b>Operações Tributárias*</b>	<b>148.027</b>	<b>(2.779)</b>	<b>1.703</b>
Materiais	(2.666)	(7.765)	(7.765)
Resultado com ações judiciais	(105.039)	(32.143)	(32.143)
<b>Exploração de Serviços**</b>	<b>(194.641)</b>	<b>(151.671)</b>	<b>(45.648)</b>
<b>Outros</b>	<b>(25.408)</b>	<b>(4.424)</b>	<b>(8.905)</b>
<b>Totais</b>	<b>(2.834.621)</b>	<b>(2.605.976)</b>	<b>(2.499.954)</b>

\* valores de provisões tributárias constantes de Outros Custos passaram a compor Operações Tributárias (despesas e créditos tributários).

\*\*reclassificação das medidas compensatórias decorrentes do uso de base de dados de clientes na prestação de serviços (nota 2.8.1)

Houve ampliação de R\$ 228,6 milhões do gasto total (8,77%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Destacam-se: (i) Pessoal com crescimento de 12,5% (R\$222,1 milhões), ocasionado por eventos funcionais (ACT, anuênio, promoção), realização do PDV (R\$ 41,6 milhões), aplicação de ganho real de 1% no ACT de 2023/2024, acréscimo decorrente do reconhecimento de custo corrente do Plano de Saúde - PAS/SERPRO em cerca de 9,5%; (ii) reconhecimento de impacto atuarial de R\$ 47,1 milhões no PAS/SERPRO e aumento na contribuição ao Serpros de R\$ 8,9 milhões devido ao aumento da contribuição dos empregados (ACT e eventos funcionais); (iii) Redução em custeio (locação, manutenção, comunicação, serviços profissionais e serviços públicos) de 1,26% (R\$ 5,5 milhões), devido à diminuição no consumo de energia elétrica, revisão de contratos e ações de otimização de gastos sobre os contratos de despesa; (vi) Depreciação e Amortização, com crescimento de 28,5% (R\$ 42,1 milhões), devido ao nível de ativação de equipamentos para a atualização do parque tecnológico; e (v) Crescimento da exploração de serviços (base de dados de clientes) da ordem de 28,3% (R\$ 42,9 milhões), devido ao reconhecimento de valores oriundos da utilização da base de clientes do MGI e SRFB.

Em contrapartida, a conta de PECLD apresentou redução de R\$ 10,9 milhões quando comparada ao mesmo período do ano anterior, devido à diminuição da inadimplência de clientes e das perdas incorridas e estimadas, fruto da intensificação do processo de cobrança.

Houve ainda, reversão de provisão dos tributos PIS, COFINS e ISS registrada como créditos tributários (R\$137 milhões), em função da revisão da metodologia de reconhecimento da provisão para devolução a clientes (nota 2.11.2).

## 26.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Dez/2023	Dez/2022
Juros sobre aplicações financeiras	185.431	174.770
Atualização sobre créditos tributários	15.705	9.710
Multas e juros de clientes	13.291	15.366
Atualizações judiciais	34.906	-
Atualização de créditos junto à EFPC	18.506	-
Outras receitas financeiras	4.685	4.966
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>272.524</b>	<b>204.812</b>

Despesas Financeiras		
Atualização de dividendos	(12.921)	(13.657)
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	(7.169)	(1.640)
Variações cambiais	(2.901)	(150)
Descontos concedidos a clientes	(1.267)	(2.305)
Outras despesas financeiras	(1.624)	(8.438)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(25.882)</b>	<b>(26.190)</b>
<b>Resultado Financeiro (Receita Financeira – Despesa Financeira)</b>	<b>246.641</b>	<b>178.622</b>

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, do aumento de valores acumulados em Fundo de Aplicação Financeira (caixa e equivalentes de caixa). Quanto às atualizações judiciais, no último trimestre de 2023, com a aplicação de medidas de melhoria na gestão da rubrica, foram identificados saldos de depósitos, com consequente reconhecimento de atualização monetária histórica (R\$ 10,2 milhões). As demais receitas financeiras reconhecidas ao longo de 2023 como atualizações judiciais representam ingressos de recursos financeiros oriundos de decisões judiciais favoráveis ao Serpro.

Por fim, ainda no âmbito das receitas financeiras, destaca-se a retomada do reconhecimento da atualização das Letras de Santa Catarina, referente à parte que cabe ao SERPRO sobre precatório de titularidade do SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499% (nota 11).

## 26.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

### 26.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
IRPJ e CSLL correntes	(159.895)	(123.869)
IRPJ e CSLL diferidas	(16.367)	4.280
<b>Total</b>	<b>(176.262)</b>	<b>(119.589)</b>

### 26.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

	Dez/2023	Dez/2022
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	627.036	679.298
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(213.192)	(230.961)
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>53.297</b>	<b>107.092</b>
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	91.032	121.077
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(29.969)	(63.770)

	Dez/2023	Dez/2022
Juros sobre capital próprio	36.400	39.693
Compensação de Prejuízo fiscal	30.780	23.332
Outras adições e exclusões	(80.166)	(18.270)
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica	3.994	3.399
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	1.226	1.631
<b>(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)</b>	<b>(159.895)</b>	<b>(123.869)</b>
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	(30.780)	(23.332)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	14.413	27.612
<b>(d) Total dos Tributos Diferidos</b>	<b>(16.367)</b>	<b>4.280</b>
<b>(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)</b>	<b>(176.262)</b>	<b>(119.589)</b>
<b>Alíquota efetiva (e) / Lucro antes dos tributos</b>	<b>28,11%</b>	<b>17,60%</b>

A ampliação da alíquota efetiva de 2022 para 2023 decorre, sobretudo, da indedutibilidade da reversão de PECLD (R\$ 221 milhões) anteriormente constituída para créditos junto à SRFB. Importante destacar que os valores foram baixados para perda efetiva em 2023 (nota 27.2.1).

### 26.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Dez/2023	%	Dez/2022	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	627.036		679.298	
<b>Adições/Exclusões</b>	<b>(180.973)</b>		<b>(91.450)</b>	
Tributos com exigibilidade suspensa	71.032		67.963	
Realização de Reserva de Reavaliação	297		(366)	
Ajuste art. 58 da Lei nº 12973/14	187		214	
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	2.432		(26.287)	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(254.921)		(132.974)	
<b>Lucro Líquido ajustado a atribuir</b>	<b>446.063</b>		<b>587.848</b>	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	364.127	81,6313	484.309	82,3867
Lucro atribuído ao Setor Privado	81.936	18,3687	103.539	17,6133
<b>IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público</b>	<b>91.032</b>		<b>121.077</b>	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 364,1 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 91 milhões do IRPJ corrente no exercício de 2023.

### 26.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2022	DRE	PL	Dez/2023
<b>(a) Passivo fiscal diferido – Circulante</b>	<b>(32.503)</b>	<b>12.408</b>	<b>0</b>	<b>(20.095)</b>
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(32.503)	12.408		(20.095)
<b>(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>333.530</b>	<b>(29.206)</b>	<b>11.546</b>	<b>315.870</b>
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	55.559	(1.588)		53.971
Passivo atuarial	74.195	7.452	11.546	93.193
Provisões sobre imunidade tributárias	88.888	8.958		97.846
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	53.949	(25.535)		28.414
Provisões trabalhistas	21.039	1.318		22.357



Descrição	Dez/2022	DRE	PL	Dez/2023
Saldo do prejuízo fiscal (IRPJ)	30.781	(30.781)		0
Medidas compensatórias	6.118	10.953		17.071
Outras provisões	3.001	17		3.018
<b>(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>(47.431)</b>	<b>431</b>	<b>0</b>	<b>(47.000)</b>
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(20.170)	3.290		(16.880)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.454)	(163)		(14.617)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(12.807)	(2.696)		(15.503)
<b>(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)</b>	<b>286.099</b>	<b>(28.775)</b>	<b>11.546</b>	<b>268.870</b>
<b>(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)</b>	<b>253.596</b>	<b>(16.367)</b>	<b>11.546</b>	<b>248.775</b>

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 248,8 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 315,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (circulante, R\$ 20,1 milhões e não circulante, R\$ 47,0 milhões). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes e IPTU a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

### 26.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	627.036	627.036	0
<b>(a) Tributos sobre o lucro (34%)</b>	<b>(213.192)</b>	<b>(213.192)</b>	-
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>53.298</b>	<b>(68.515)</b>	<b>121.813</b>
Incentivos fiscais	1.226	1.226	-
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	(69.741)	(69.741)	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	91.032	-	91.032
Compensação de Prejuízo Fiscal	30.781	-	30.781
<b>(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)</b>	<b>(159.894)</b>	<b>(281.707)</b>	<b>121.813</b>

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 121,8 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público e a não compensação do prejuízo fiscal.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

## 27. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpros – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

### 27.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

#### 27.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - Balanço

Operação	AC	ANC	PC	PNC
Letras Tesouro Santa Catarina		114.060		
Retenções e repasses			220	
Contribuições Paritárias			1.918	
Ações de Cobrança			13.344	
Benefícios Pós-Emprego				518.246
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>114.060</b>	<b>15.482</b>	<b>518.246</b>

#### 27.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	Despesas / Receitas
Contribuições à EFPC	(129.225)
Provisões Matemáticas	(32.835)
Ganhos com Incorporação – EFPC	7.078
Reversão de Provisões Matemáticas (benefícios pagos)	27.598
Incorporação de Créditos - EFPC	1.056
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	18.506
<b>Total</b>	<b>(107.822)</b>

#### 27.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição		Indicação	Eleição
	Presidente	Paulo Mendonça Júnior	x
Conselho	Conselheiro	Kleber Pereira dos Santos	x
Deliberativo (CDE)	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x
	Conselheiro	Luiz Antônio Martins	x

Descrição		Indicação	Eleição
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva	x
	Conselheiro	André Gianini	x
	Presidente	Mauro Roberto Simião	x
Conselho	Conselheiro	Ana Maria Mallmann Costi	x
Fiscal (COF)	Conselheiro	Georges Leitão dos Santos	x
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x

		Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x
Executiva (DE)	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes	

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

## 27.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

### 27.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento em 2023 somou R\$ 2,9 bilhões. A relação dos 10 maiores, que representam 97,5% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta em 2023	Valores em aberto (31/12)	Medidas Compensatórias
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.508.987	163.478	36.297
Ministério Gestão Inovação Serv. Públicos	455.000	53.371	43.650
Ministério dos Transportes	177.201	812	105.729
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	177.179	93.796	-
Me Diretoria de Adm. Logística	162.444	78.529	8.890
Secretaria do Tesouro Nacional	156.827	0	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	65.932	13.360	-
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	33.882	4.481	-
Dnit-Departamento Nacional de Infraestrutura	34.302	7.583	-
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	21.708	1.956	-
Demais Clientes	75.106	62.832	-
<b>Total</b>	<b>2.868.568</b>	<b>480.198</b>	<b>194.567</b>

As Medidas Compensatórias decorrem da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados.

Especificamente para o cliente Secretaria da Receita Federal do Brasil, o valor de R\$ 221,0 milhões foi baixado por perda no ano de 2023, por faturas consideradas incobráveis e para as quais não houve solução, mesmo com a intermediação da Advocacia-Geral da União (via Câmara de Conciliação). O total baixado já estava integralmente provisionado como perda incorrida.

### 27.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Federal, o excedente de caixa (Nota 4) e os depósitos judiciais efetuados a pedido da justiça (Nota 10), cujos saldos consolidados constam nos quadros a seguir.

	Banco do Brasil (31/12)	Caixa Econômica Federal (31/12)
Saldo de Aplicações	958.703	991.594

Os saldos de aplicações, no encerramento do exercício, somaram R\$1,9 bilhão, com rendimentos líquidos de R\$58,2 no Banco do Brasil e R\$ 87,2 milhões na CEF. A aplicação dos saldos de caixa em fundos de investimentos extramercado administrados pela CEF ou BB se dá em conformidade com o Art. 3º do Decreto-Lei 1.290/1973, regulamentado por meio da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

#### Decreto-Lei 1.290/1973

Art. 3º É vedada às entidades referidas no artigo anterior a aplicação de disponibilidades financeiras em títulos de renda fixa, outros que não títulos do Tesouro Nacional, ou em depósitos bancários a prazo.

#### Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil

Art. 2º A aplicação das disponibilidades (...) somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução.

Quanto aos depósitos judiciais/recursais, os valores pagos pelo Serpro totalizam R\$175,5 milhões sob custódia do Banco do Brasil, enquanto R\$ 219,8 milhões sob custódia da Caixa Econômica Federal. Em relação aos depósitos recursais realizados antes de novembro de 2017 (R\$28,8 milhões), estes se encontram sob a custódia da CEF, em contas vinculadas ao FGTS dos empregados litigantes.

	Banco do Brasil (31/12)	Caixa Econômica Federal (31/12)
Depósitos Judiciais e Recursais	175.481	219.776
Depósitos Recursais (anteriores a nov/2017)	0	28.755
<b>Total</b>	<b>175.481</b>	<b>248.531</b>

### 27.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Durante 2023 foram emitidos R\$ 230,2 milhões em NRs, cujos 10 primeiros órgãos em maior volume financeiro (97,3% do total), encontram-se elencados a seguir:

Órgãos	Ressarcimentos em 2023
Secretaria da Receita Federal do Brasil	148.010
MF Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	44.660

Órgãos	Ressarcimentos em 2023
Advocacia-Geral da União	15.590
Presidência da República	7.089
Ministério do Trabalho e Previdência	4.768
Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia	939
Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento	821
MDSCF - SPOA - MDS - Coordenação-Geral de Rh	759
Controladoria-Geral da União	750
Ministério Público da União	734
Demais órgãos	6.087
<b>Total</b>	<b>230.207</b>

Os valores a receber, ainda em aberto, constam registrados no Ativo, tanto circulante quanto não circulante:

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Ressarcimento - Folha de pagamento	57.564	63.052
Ressarcimento - Sentenças judiciais	52	52
<b>Total Circulante</b>	<b>57.616</b>	<b>63.104</b>
Ressarcimento - Sentenças judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	124.183	150.482
<b>Total Não Circulante</b>	<b>279.825</b>	<b>306.124</b>

Os valores referentes à folha de pagamento (R\$57,6 milhões) e às Sentenças Judiciais (R\$ 155,6 milhões) estão detalhados a seguir, por órgão:

Órgão Cessionário	Folha de Pagamento (31/12)	Sentenças Judiciais (31/12)
Secretaria da Receita Federal do Brasil	29.363	155.592
Ministério da Fazenda	14.829	
Advocacia Geral da União	2.870	
Presidência da República	1.866	
Ministério do Trabalho e Previdência	941	
Outros	7.695	50
<b>Total</b>	<b>57.564</b>	<b>155.642</b>

#### 27.2.4 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 697,8 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (notas 2.10.2 e 23.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto (notas 27.2.1 e 27.2.3).

### 27.2.5 – Demais transações com a União

Em razão da otimização do uso de espaços, vários órgãos da Administração Pública se instalaram em imóveis do Serpro, assim como o Serpro também se vale da utilização de espaços de outros órgãos, com o compartilhamento dos custos operacionais.

Na tabela a seguir constam os principais órgãos a quem o Serpro cedeu suas instalações, mediante rateio dos custos:

Parte Relacionada (órgão cliente)	Valor
Agência Nacional de Transportes Terrestre	1.455
Instituto Nacional do Seguro Social	659
Ministério da Saúde/Ceará	685
Ministério da Saúde/Pernambuco	519
Agência Brasileira de Inteligência	299
Agência Nacional de Mineração	287
Agência Nacional de Aviação Civil	168
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	65
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	41
<b>Total</b>	<b>4.178</b>

Do ponto de vista de utilização por parte do Serpro, o total de custos envolvidos no compartilhamento de espaços atingiu, em 2023, R\$ 326,5 mil direcionados, principalmente para Ministério da Fazenda e órgãos vinculados, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Houve ainda despesas com publicações oficiais, em que o Serpro desembolsou R\$ 297,5 mil durante o ano de 2023 para a Imprensa Nacional.

### 27.2.6 – Acordos de cooperação

O Serpro mantém acordos de cooperação, sem valor pecuniário, com entidades da Administração Pública Federal, tais como: (i) Ministério das Relações Exteriores, para o desenvolvimento e administração de soluções de tecnologia da informação, em apoio à presidência brasileira do G20; (ii) Ministério da Agricultura e Pecuária, a fim de operacionalizar a plataforma digital de inovação agropecuária; e a (iii) Infraero, com acordo de cooperação técnica para aprimoramento de projetos implementados nos aeroportos Congonhas e Santos Dumont.

### 27.2.7 – Contratos ou termos aditivos firmados em 2023

Dos 10 (dez) maiores contratos de receita, sob o aspecto de valor anual, firmados pelo Serpro, 9 (nove) representam contratos com partes relacionadas. Em 2023, na relação comercial com clientes, os valores anuais sofreram modificações, por majoração ou redução.

Cliente	Tipo	Valor anual 2022	Valor anual 2023	Variação
Secretaria da Receita Federal do Brasil	(CNT)	1.562.656	1.723.626	160.969
Ministério Gestão Inovação Serviços Públicos	(ADT) (APT)	623.650	654.305	30.654
Secretaria do Tesouro Nacional	(ADT) (APT)	181.533	191.384	9.851
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	(CNT)	190.045	185.668	(4.377)
Caixa Econômica Federal	(CNT)	6.226	148.996	142.770
Ministério dos Transportes	(ADT) (APT)	97.619	100.789	3.170

Cliente	Tipo	Valor anual 2022	Valor anual 2023	Variação
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	(CNT) (ADT)	99.394	90.868	(8.525)
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura	(ADT) (APT)	38.371	43.014	4.643
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão*	(APT)	23.599	24.955	1.357

Legenda: CNT – Novo Contrato; ADT – Termo Aditivo de Receita; APT – Termo de Apostilamento

\*Contrato vinculado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

## 27.3 – Pessoas Físicas ou Jurídicas ligadas aos empregados e corpo diretivo

O Serpro mantém lista com a relação de empregados e dirigentes, bem como das pessoas a eles ligadas até o grau de parentesco exigido pela legislação. Mantém, também, a relação de Pessoas Jurídicas que tenham participação de alguma das pessoas anteriormente citadas.

Não foram identificadas transações relevantes entre o Serpro e pessoas físicas ou jurídicas constantes da citada lista.

## 28. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

### 28.1 Remunerações

Os valores pagos no ano de 2023 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

#### 28.1.1 Valores pagos

Remuneração	Dez/2023
Empregados	1.232.528
Diretores	2.428
Conselho de Administração	210
Conselho Fiscal	146
Comitê de Auditoria	141
<b>Valores pagos</b>	<b>1.235.453</b>

#### 28.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 42.928,10. O valor computa, além das rubricas salariais, na média de R\$ 37.977,95, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração foi de R\$ 50.336,49 e a menor foi de R\$ 35.289,51, também considerando vantagens e benefícios, e excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 42.747,17 para o Diretor Presidente e de R\$ 37.617,51 para os demais diretores. Para o cálculo da média, os períodos trabalhados parcialmente foram considerados na sua proporcionalidade. Além disso, foi distribuído o valor de R\$ 466.735,94 para 14 diretores e ex-diretores, a título de Remuneração Variável.

### 28.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa uma média de R\$ 4.154,62. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representaram uma média de R\$ 5.371,35 em dezembro.

### 28.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.130,97 a R\$ 53.883,62. A média salarial para esses cargos é de R\$ 14.015,14. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 7.255,43 e R\$ 47.273,57 e média de R\$ 22.637,86. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 15.174,87.

## 28.2 Empregados

Descrição	Dez/2023
Número de empregados	6.989
Quadro Interno	5.458
Quadro Externo	1.531

## 28.3 Benefícios

Descrição	Dez/2023
Assistência Médica	119.750
Assistência Odontológica	386
Auxílio Alimentação	65.830
Auxílio Creche	5.503
Auxílio Filhos Especiais	4.108
Previdência Complementar	103.234
Auxílio Transporte	662
<b>Soma Global</b>	<b>299.473</b>

## 29. Cobertura de seguros

em milhares de R\$			
Seguradora Contratada	Generali Brasil	Mongeral Aegon	Argo Seguros
Ativo	Patrimonial	Vida em grupo e acidentados pessoais	Responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital



em milhares de R\$			
Seguradora Contratada	Generali Brasil	Mongeral Aegon	Argo Seguros
Tipo de Cobertura	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raio, desmoronamento, danos elétricos e coberturas acessórias para os imóveis e conteúdos (equipamentos, mobiliário e materiais).	Seguro de vida em grupo, sem mão de obra dedicada, para empregados, bolsistas e estagiários.	Seguro de responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital nas dependências da Regional Brasília.
Valor anual contrato	310	29	15
Valor total assegurado	500.000	13.014	1.000

## 30. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

### 30.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções relativas ao seu âmbito de atuação, principalmente na esfera Federal. A Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970 (revogou a Lei nº 4.516/1964, que criou o SERPRO) e suas alterações estabelecem que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

As operações com tais características podem ser observadas na Nota Explicativa 26.1.2 - quanto aos clientes públicos, e na Nota Explicativa 27.2.1 - que apresenta as operações comerciais com órgãos federais.

## 30.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.

Os detalhes e impactos da imunidade podem ser observados ao longo das notas explicativas, sobretudo nas NEs 2.11, 23.1, 26.5 e 27.2.2.

**Alexandre Gonçalves de Amorim**  
Diretor-Presidente

**Alexandre Brandão Henriques Maimoni**  
Diretor Jurídico, de Gestão e Riscos

**André de Cesero**  
Diretor de Relacionamento com Clientes

**Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca**  
Diretora de Desenvolvimento

**Leandro Moreira Garcia**  
Diretor de Operações

**Luís César Bueno e Freitas**  
Diretor de Administração e Finanças

**Marco Aurélio Sobrosa Friedl**  
Diretor de Pessoas

**Daniel Azevedo Pansani**  
Contador – CRC DF-021568/O